



TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Conferência em www.tcees.tc.br
Identificador: B1BE1-6E43D-B54BE



Decisão SEGEX 00898/2022-3

Produzido em fase anterior ao julgamento

Processo: 01533/2018-1

Classificação: Atos Sujeitos a Registro - Aposentadoria

UG: IPREVI-FF - Instituto de Previdência Social Dos Servidores Públicos do Município de Viana - Fundo Financeiro

Relator: Marco Antônio da Silva

Interessado: RITA RODRIGUES GOMIDES

Responsável: MARIA DA PENHA LOPES SOARES ROCHA

Diante do que consta dos autos em epígrafe, **DECIDE** o Coordenador do Núcleo de Controle Externo de Registro de Atos de Pessoal – NRP do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, com fundamento no art. 63, inciso III, da Lei Complementar 621/2012 (Lei Orgânica – TCEES) c/c arts. 47, inciso IV, art. 47-A, §10, VI, e §1º, e 358, III, ambos da Resolução TC 261/2013 (Regimento Interno) e art. 6º, caput, e parágrafo único, da IN 31/2014, **EXPEDIR COMUNICAÇÃO DE DILIGÊNCIA** a sra. **MARIA DA PENHA LOPES SOARES ROCHA, gestora responsável pelo IPREVI-FF - Instituto de Previdência Social Dos Servidores Públicos do Município de Viana - Fundo Financeiro**, ou quem o substitua, para que, no prazo de **30 (trinta) dias**, encaminhe a esta Corte os esclarecimentos e documentos que julgar necessários, ou realize as retificações cabíveis quanto ao fato descrito no **item 4 da Instrução Técnica Preliminar 00459/2021-4**.

Determino o encaminhamento ao responsável de cópias desta **Decisão** e da **Instrução Técnica Preliminar** citada, juntamente com o **Termo de Comunicação de Diligência**.

Fica o responsável advertido de que:

- a) O não atendimento a esta Decisão poderá implicar em sanção de multa prevista no art. 135, IV, da Lei Orgânica deste Tribunal, art. artigo 389, IX do Regimento Interno c/c art. 29 da IN 31/14;
- b) A comunicação dos atos processuais ter-se-á como realizada quando confirmada por recibo assinado por pessoa encarregada de receber correspondência, por membro da família ou por empregado do responsável, ou ainda, quando efetivada a consulta eletrônica ao teor da comunicação dos atos, nos termos do art. 64, § 1º, incisos I e II, da Lei Orgânica – TCEES;
- c) A resposta ao Termo de Comunicação de Diligência deverá observar o formato dos documentos aceitos pelo TCEES, de acordo com o disposto na IN TC 35/2015.

À Secretaria Geral das Sessões para os impulsos necessários. Transcorrido o prazo legal, com ou sem resposta, retornem os autos à esta unidade técnica.

Vitória, 25 de novembro de 2022.

Fabiola de Noronha Gabriel Cruz Rios

Coordenadora do NRP

(Delegação de Competência: Ato SEGEX 07, publicado no DOETCEES em 17 de janeiro de 2020)